

OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA: IDENTIFICANDO NECESSIDADES E AUXILIANDO O PROFESSOR

José Eduardo Vendramini ¹

Helen Cazani Maciel ²

Priscila Foger Marques Penna ³

Resumo: Este ensaio teórico tematiza a pandemia de COVID-19, que tem impactado a sociedade em um cenário global. Grandes prejuízos já são percebidos, entre outros, nos âmbitos econômico, social e educacional, porém, ainda não são mensuráveis. O impacto na educação escolar tem sido significativo. Para os educadores, surge o desafio de adequar e desenvolver o currículo, de forma remota, bem como promover o retorno gradual dos alunos para o modelo presencial. Este artigo tem como objetivo discorrer sobre os impactos de COVID-19 na aprendizagem do aluno com deficiência e a importância da capacitação dos professores nesse processo. Como metodologia, foram adotadas as pesquisas bibliográfica e documental, visando o levantamento de questões e considerações sobre o tema. As reflexões estão organizadas em três momentos: no primeiro, será apresentado o avanço da COVID-19 como pandemia no contexto mundial; no segundo, serão analisados os impactos da pandemia na aprendizagem do aluno com deficiência e, no terceiro, será evidenciada a importância da formação continuada dos professores durante a pandemia.

Palavras-Chave: Pandemia. Aprendizagem. Deficiência.

Abstract: This theoretical essay discusses the COVID-19 pandemic, which has affected society on a global scale. Significant damage is perceivable, among others, in the economic, social, and educational spheres, however, they are not yet measurable. The impact on school education has been significant. For educators, there is the challenge of adapting and developing the curriculum remotely, as well as promoting the gradual return of students to the face-to-face model. This article aims to discuss the impacts of COVID-19 on the learning of students with disabilities and the importance of training teachers in this process. As a method, bibliographical and documentary research was adopted, aiming at raising questions and considerations on the subject. The study is organized into three stages: the first presented is the advance of COVID-19 as a pandemic in the world context; the second analyzes the impacts of the pandemic on the learning of students with disabilities and, finally, the third highlights the importance of continuing

1 Fonoaudiólogo graduado pela USP – Bauru. Especialista em Transtorno do Espectro Autista pela UCAM PROMINAS. Pós-Graduando em Intervenção ABA para Autismo e Deficiência Intelectual pelo Child Behavior Institute (CBI) of Miami.

2 Graduada em Psicologia pela UNESP - Bauru. Especialista em Psicopedagogia pela USC – Bauru.

3 Graduada em Psicologia pela UNESP - Bauru. Especialista em Violência Doméstica contra crianças e adolescentes pela USP – SP. Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Internacional de Curitiba e Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão. Especialista em Terapia Cognitiva Comportamental pelo Instituto de Terapia Cognitiva de Bauru.

the education of teachers during the pandemic.

Keywords: Pandemic. Learning. Disabilities.

A PANDEMIA DE COVID-19

Diante das mudanças ocorridas devido à pandemia da COVID-19, as unidades escolares foram impactadas e milhares de alunos tiveram a sua rotina alterada. Entre os alunos, aqueles com deficiência deixaram de frequentar as escolas e outros espaços sociais, motivadas pelo isolamento social e pelas dificuldades em realizar adaptações necessárias que lhes garantiriam acessibilidade e participação.

Segundo Lana et al. (2020), a doença do Coronavírus (Corona Vírus Disease) ou COVID-19 é causada pelo RNA vírus SARS-COV-2 e teve os primeiros casos divulgados em Wuhan, na China, no final de dezembro de 2019. Com o crescente número de contaminação pelo vírus e os óbitos crescentes, na data de 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou a COVID-19 como uma pandemia. Uma pandemia pode ser considerada quando existe uma doença transmissível, infecciosa e mortal que se espalha de forma global. Com uma nova realidade instalada, a população mundial passou a ter mudanças radicais na sua rotina e nos seus hábitos, cujo objetivo primordial foi a preservação da vida (PEREIRA; COLS, 2020).

Dentre essas mudanças, estavam o uso constante de máscaras; a higienização das mãos; o distanciamento social e a restrição às aglomerações no comércio, parques, igrejas e demais espaços de uso compartilhado da população. A insegurança tomou conta da coletividade, que aguardava a cada dia um novo decreto, uma normativa ou alguma notícia recente sobre o contágio da doença, até então mundialmente desconhecida.

No Brasil, no dia 3 de fevereiro de 2020, foi editada a Portaria nº 188 (BRASIL, 2020), assinada pelo ministro da saúde Luiz Henrique Mandetta, a qual declarava emergência em saúde pública de importância nacional, em razão da infecção humana causada pelo novo coronavírus. O primeiro caso notificado foi de um homem de 61 anos, em retorno da sua viagem à Itália, que deu entrada em um hospital brasileiro com sintomas da doença.

O Ministério da Educação também precisou definir critérios para a prevenção ao contágio da nova pandemia e, pela Portaria nº 343, no dia 17 de março de 2020 (BRASIL, 2020), por Abraham Weintraub, substituiu as aulas presenciais pelos meios digitais. Nesse contexto, fez-se necessária a modalidade de ensino remoto, pelo uso das aulas na modalidade online. Em situação convencional, esses meios digitais eram pouco utilizados no âmbito pedagógico, na maioria das vezes de modo pontual, como estratégia complementar de ensino, não sendo uma utilização em grande escala na maioria das escolas.

A partir dessas normativas, as escolas realizaram a suspensão das suas aulas presenciais e buscaram meios digitais de forma imediata, visando, também, não perder o vínculo com os alunos. Os professores passaram a preparar e desenvolver as aulas nas suas casas, a maioria

deles com os poucos recursos tecnológicos disponíveis e limitado conhecimento na utilização desses recursos. As escolas públicas, em grande maioria, não tinham recursos tecnológicos disponíveis e tiveram que ser fechadas devido às medidas de restrição social.

As famílias também precisaram estabelecer uma nova organização para auxiliar seus filhos e alunos nas domiciliares, utilizando recursos tecnológicos disponíveis como ferramentas, tais como celulares, computadores, tablets ou com a retirada das atividades impressas nas unidades escolares, quando não havia condição de acesso aos meios digitais ou não havia possibilidade de realizar a impressão em casa.

O fechamento das unidades escolares impactou a rotina de trabalho dos pais, que tinham na escola um espaço de cuidado e ensino para os filhos, enquanto se encontravam trabalhando. Muitas mães e pais, nesse período, perderam ou deixaram o emprego para ficar com os filhos em casa, enquanto outros tiveram que acessar a sua rede de apoio ou contratar terceiros para ficar com eles. Para esses, foi necessário realizar investimento em profissionais para auxiliar os filhos nos estudos, diminuindo as suas dificuldades.

Devido à falta de conhecimento em relação ao novo Coronavírus e todas as variações existentes, não se sabia exatamente como ocorria a proliferação e como poderia ser o contágio em crianças, além das diversas e variadas consequências desse contágio. Os primeiros relatórios divulgados informaram sobre a transmissão de pessoa para pessoa pelo ar, quando ocorre a tosse ou espirro ou, ainda, pelo toque em superfícies contaminadas e interação por aperto de mãos, por exemplo.

Em relação à pessoa com deficiência, ainda não existe consenso sobre sua maior vulnerabilidade em relação ao vírus, mas se sabe que uma parcela dessa população, além da deficiência, pode conviver com algumas comorbidades, como cardiopatias, doenças renais e metabólicas, podendo estar em risco relevante para o desenvolvimento da forma mais grave da doença, o que levou à necessidade de maior isolamento social. (REICHENBERGER, 2020).

Quando foram iniciadas as primeiras políticas públicas em relação ao ensino remoto na pandemia, foram generalizadas as condições humanas, como se todos tivessem as mesmas possibilidades de aprendizagem e acesso. A pessoa com deficiência, mais uma vez, tornou-se invisível por parte do poder público, sem que as suas necessidades fossem contempladas. Tornou-se mais evidente a falta de equidade de acesso às diferentes possibilidades, sejam elas tecnológicas, culturais ou sociais (SILVA; BINS; ROZEK, 2020).

A Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, no seu § 3º do Artigo 2º, aponta que, para atingir os objetivos de aprendizagem dos estudantes e o seu desenvolvimento, a carga horária mínima do ano letivo afetado pela pandemia poderia ser realizada no ano subsequente, sendo possível a adoção de um continuum de dois anos escolares, de acordo com as diretrizes nacionais de educação e os seus respectivos sistemas de ensino. Obviamente, é possível prever o desafio que isso representava para os educadores, os alunos e os familiares, uma vez que deveriam ser consideradas todas as necessidades educacionais dos estudantes, pessoas com deficiência, ou não, para corresponder às orientações normativas.

Por isso, fez-se e ainda se faz necessário, repensar, reestruturar e criar possibilidades de garantir uma educação inclusiva que abarque as necessidades de todos os alunos, inclusive daqueles com deficiência, sejam seus impedimentos físico, intelectual, mental, auditivo, visual ou múltiplo, com análise individual e personalizada de seus interesses, retrocessos e avanços durante o período pandêmico.

OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA APRENDIZAGEM DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O direito à educação para todos se encontra sancionado na Constituição Federal de 1988 pelo Congresso Nacional do Brasil, no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em 1990, pelo Congresso Nacional do Brasil e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN em 1996, pelo Governo do Brasil. Esses documentos fazem saber que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente educação básica pública, obrigatória e gratuita, bem como o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

De acordo com o Parecer CNE nº 5/2020 - item 2.3, por Luiz Roberto Liza Curi (presidente), Eduardo Deschamps e Maria Helena Guimarães de Castro (relatores) e Ivan Cláudio Pereira Siqueira (membro), é indicado que medidas de acessibilidade serão garantidas, enquanto os alunos forem impedidos de frequentar as aulas presencialmente.

O sistema de ensino escolar a distância impactou a rotina de milhões de estudantes, principalmente dos alunos com deficiência, pois essa população apresenta necessidades educacionais específicas e muitos necessitam de apoio escolar dos professores especialistas, cuidadores e outras estruturas de suporte (REICHENBERGER, 2020). Nesse sentido, a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) define a pessoa com deficiência como a que apresenta impedimento em longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com uma ou mais barreiras, há possibilidade de prejuízo na plena participação em igualdade de condições comparadas às demais pessoas.

A prática tem demonstrado que, dentre as necessidades desses alunos, estão a mediação do professor regente e do professor especialista, que ocorre no ambiente da sala de aula, o vínculo estabelecido entre professor-aluno nas estratégias de instrução/comunicação específicas e nas adaptações curriculares, que são individualizadas e necessárias.

O ambiente escolar é dinâmico e nele a aprendizagem ocorre em todos os lugares, como na sala de aula, laboratório, biblioteca, pátio, refeitório e outros. É pela interação com o outro que se adquire novos conhecimentos, o desenvolvimento é promovido e as habilidades sociais são aprimoradas, como afirmado na perspectiva sociocultural do desenvolvimento. Assim como aponta Vygotsky (1997 apud REGO, 2001), os fatores biológicos têm preponderância sobre os sociais apenas no início do desenvolvimento, a partir de quando a criança desenvolverá formas de comportamento e pensamentos complexos com a interação social e objetos da sua cultura.

O aluno com deficiência, assim como todos os discentes, tem no seu espaço escolar a possibilidade de desenvolver as suas funções psicológicas superiores na interação com os colegas e professores. As funções psicológicas superiores podem ser compreendidas como funções que envolvem processos complexos, como memória, atenção, consciência, percepção, fala, pensamento, vontade, emoções e formação de conceitos. Esses processos se desenvolvem unicamente na raça humana pela interação social e nos difere de seres irracionais (VIGOTSKY, 1997). Segundo o autor, é pela interação que a criança aprende símbolos e regras sociais, alcança a complexidade do pensamento e, mediante as aprendizagens, desenvolve-se continuamente. A escola possibilita múltiplas e constantes interações entre pessoas de diferentes faixas etárias - crianças, adolescentes e adultos -, das quais participam professores e outros profissionais da escola.

A escola não é apenas um espaço de transmissão de conhecimento. É um local de interação, desenvolvimento de habilidades sociais, desenvolvimento e promoção humana e de fazer amizades. As amizades potencializam e ampliam uma variedade de habilidades comunicativas, cognitivas e sociais, assim como proporcionam às crianças um estado de proteção, apoio e bem-estar (STAINBACK; STAINBACK, 1999).

Torna-se preocupante que essa parcela da população, que já sofre a exclusão social, não frequente esse lugar que, para muitos deles, é a única opção de atividade social. Fora da escola, os alunos ainda sofrem com a falta de acesso ao ensino. Infelizmente, segundo estudos da Unesco (2020), as aulas virtuais não têm atendido plenamente todos os estudantes, devido às desigualdades sociais, mais exacerbadas com a pandemia.

Nesse cenário, fatores importantes, como a falta de alimentação e renda; acesso à medicação, produtos básicos de higiene, redes de internet e equipamentos de tecnologia, como celulares, tablets e computadores, se juntam às necessidades específicas de aprendizagem da pessoa com deficiência.

As necessidades econômicas e referentes a saúde passaram a ser prioritárias dentro de grande parte das famílias. Nesse sentido, a parte educacional passou a segundo plano dentro da dinâmica familiar; ao mesmo tempo, houve um aumento da demanda de esforços por parte dos responsáveis, tanto para busca das atividades impressas nas escolas (pela dificuldade de alguns aos meios digitais), quanto no apoio durante a realização das atividades.

Segundo dados do IBGE (BRASIL, 2019), o país conta com cerca de 11 milhões de analfabetos e uma grande parcela da população apresenta ensino fundamental e médio incompletos. Esse preocupante resultado leva à reflexão de como e o quanto os pais poderiam apoiar esses filhos com deficiência nas suas dificuldades escolares, seja na leitura do material, seja na realização das atividades propostas.

Com todos esses agravantes, os professores deverão estar atentos às dificuldades comportamentais, de readaptação da rotina e de aprendizagem durante o processo gradual de retorno às aulas presenciais. Dentre esses fatores importantes a serem considerados, estão os aspectos e impactos emocionais, que poderão refletir-se na aprendizagem escolar, durante o ensino remoto

e no retorno às aulas.

O medo, a imprevisibilidade e as perdas de familiares e outras pessoas de convívio podem resultar em estados depressivos e de ansiedade. Outros fatores importantes para possíveis alterações emocionais e comportamentais são o confinamento; a exposição ao estresse vivido pelos pais; conflitos familiares; violência; insegurança alimentar e de moradia; afastamento da escola, dos amigos e da rede de apoio social; sentimento de solidão; alteração de hábitos de sono e alimentação; acesso, sem limite de tempo e sem monitoramento à internet, bem como privação das atividades de lazer e de atividades físicas (POLANKZYK, 2020).

Logo, é necessário permanecer e manter os vínculos entre professores e alunos, nem que seja por alguns breves instantes, na forma virtual, respeitando a suportabilidade dos alunos, bem como, em alguns momentos, auxiliando as famílias nas suas demandas, tornando-se, realmente, pontes de sustentação emocional para alunos e famílias. Ainda existem muitas questões a serem discutidas e pesquisadas sobre o impacto da pandemia na Educação Especial, principalmente no contexto econômico em que vivemos, em um País tão carente de efetividade nas políticas públicas.

Segundo um estudo realizado por Afonso e Fonseca (2021), pela aplicação de questionário, os resultados revelaram que os professores têm avaliado como ruim e mais preocupante a inclusão e a aprendizagem do aluno com deficiência, nesse momento de pandemia. Pensa-se em um retorno presencial mais comedido, porém com perspectiva positiva. Isso representa uma preocupação em relação ao modo como esses alunos estão conseguindo assimilar os conteúdos transmitidos e expressa um desejo de que os alunos com deficiência possam voltar às salas de aula, mesmo de forma gradual, retomando a sua aprendizagem.

Os professores possuem papel fundamental na aprendizagem e no desenvolvimento do aluno com deficiência e, por essa razão, precisam de apoio e oportunidade para discutir estratégias de atuação efetiva. Diretores, coordenadores, cuidadores, gestores e outros colaboradores foram impactados pela pandemia, porém os professores foram atingidos de forma direta no seu trabalho.

As adaptações exigidas na atuação docente ocorreram de forma imediata, sem oportunidade de preparo anterior. Muitos professores não estavam familiarizados com atividades remotas e/ou com o uso de tecnologias com assiduidade. Em outras palavras, eles não estavam qualificados para realizar atividades com recursos, programas de computador, aplicativos de celular, entre outros aspectos. Sendo assim, docentes que ainda não utilizavam a tecnologia ou metodologia ativa na sua aula, encontraram grande desafio, seja em relação às adaptações necessárias, seja pelo entendimento de que a pedagogia pode ser aplicada de forma virtual. A noção da presença social é muito importante na maneira como os alunos se projetam nas interações em cursos mediados por tecnologias (PALOFF; PRATT, 2004).

O ensino de forma híbrida tem sido utilizado em alguns espaços para atingir de variadas formas e promover os conhecimentos de maneira abrangente. Conforme Santos (2015 apud SANTOS; LUCENA, 2020, p. 5):

Entendemos como ambiências formativas as situações de aprendizagem cocriadas nos espaçostempos híbridos em que se articulam os ambientes físicos e digitais (sala de aula presencial, ambientes virtuais de aprendizagem, redes sociais, espaços culturais da cidade). Uma ambiência formativa é o complexo enredamento onde se dinamizam diversas possibilidades de produção intelectual, de invenção, de constituição de rastros onde um coletivo assume, explícita e reinventa seu processo de formação.

A autora é muito assertiva, principalmente, quando informa que os espaços híbridos articulam os ambientes físicos e digitais. Porém, eram raros os casos em que esses ambientes eram aplicados na forma prática. Esses ambientes híbridos possuem preparo e artifícios que facilitam a transmissão do conteúdo e a forma de aprendizagem, tanto o desenvolvimento de atividades no ambiente escolar físico, quanto as situações de aprendizagem em ambientes não-escolares (virtuais). Eles visam o entrelaçamento entre professor-estudantes e estudantes-estudantes, gerando novos arranjos comunicacionais, o que implica diretamente a formação continuada dos educadores.

A FORMAÇÃO CONTINUADA E PERMANENTE DE PROFESSORES DURANTE A PANDEMIA

A formação continuada proporciona ao professor apropriar-se constantemente dos avanços do conhecimento, da ciência e das teorias pedagógicas. Para além disso, ela possibilita o pensamento sobre o fazer pedagógico. (ALTENFELDER, 2005). Uma boa formação estimula o professor a pensar de forma crítica sobre sua prática e sobre o sistema educacional vigente, incluindo as dificuldades e as novas formas de atuação que possibilitem alcançar o aluno dentro da sua realidade e proporcionar uma aprendizagem satisfatória.

Os momentos de interação entre os profissionais necessitam ir além do objetivo de cumprimento da carga-horária e das suas funções, proporcionando novas aquisições de conhecimentos e práticas. A possibilidade de atuar de forma diferente em diversos contextos é um desafio para os educadores que, até então, lecionavam de maneira tradicional, dentro da sala de aula, de forma presencial com os seus alunos.

Segundo Gatti (2020), com a vinda da pandemia, a flexibilização nos planejamentos e a elaboração de diferentes possibilidades na atuação pedagógica exigiu uma nova concepção de formação de professores e da equipe gestora formativas, que contemplasse as necessidades de cada escola, educador e da sua realidade. Os recursos tecnológicos e outros que exijam planejamento e criatividade passaram a ser utilizados, de forma intensiva e constante, na busca de ensinar o aluno, que se encontra longe das salas de aula.

Essas mudanças, na maioria das vezes, são geradoras de ansiedade para o professor, pelo medo de enfrentamento da nova realidade de atuação e de não atingir o objetivo com o seu aluno. Além disso, essa nova situação gera insegurança, tanto por parte dos professores, quanto dos alunos, que desconhecem como esse novo formato pode ser positivo e as dificuldades que

irão gerar.

Nesse contexto, o papel do professor se torna exaustivo, somando-se à cobrança de gestores e da sociedade pela aprendizagem do aluno. Assim, muitos se encontram envolvidos em um clima de improviso e tensão (MAGALHÃES, 2020). Além disso, o impacto do distanciamento da escola, do ensino remoto e da falta da presença física que se faz tão importante para o aluno com deficiência, como colocam Silva, Bins e Rozek (2020), revela um cenário imprevisível em relação à aprendizagem desses alunos.

A formação continuada possibilita, nesse momento, cumprir os seus objetivos, que vão além da transmissão de conhecimento para o professor, que muitas vezes é realizada por profissionais que se encontram fora do ambiente escolar.

No momento atual, é fundamental que se crie momentos de troca de experiências entre os professores em relação ao uso de tecnologias e outros recursos e no compartilhamento de angústias e dificuldades. É na interação entre os professores que também acontece a formação permanente, no compartilhamento das ações, desafios e estratégias.

O papel do formador, nesse contexto, deverá ser de mediação, proporcionando e desenvolvendo no grupo habilidades de escuta empática e ações colaborativas. Fornece-se respaldo para que haja uma interação e uma troca de conteúdos e informações entre os professores, que podem colaborar com suas experiências. Compreendendo a diversidade entre professores, a formação não atingirá a todos da mesma forma e cada necessidade deve ser ouvida e considerada (SOLDÃO, 2020).

Esses encontros, mesmo que no formato virtual, devem proporcionar a fala e a interação entre os professores, acolhendo as suas demandas e mediando a construção coletiva de novos caminhos e novas práticas educacionais para os alunos com deficiência, para os discentes como um todo, para todo o processo escolar.

A utilização de ferramentas e plataformas virtuais e a organização dos conteúdos que venham ao encontro das necessidades dos professores não representa uma tarefa fácil de ser realizada, pois, aliados a isso, existem impactos emocionais, psicológicos e de saúde física, provenientes do distanciamento social, que podem acometer os formadores que organizam e executam as ações e os professores que realizam o curso (PINTO; VENTURIN; COSTA, 2020).

As ações junto ao professor buscam amenizar alguns impactos, não só da aprendizagem dos alunos com deficiência, seu interesse e motivação, mas de toda a comunidade escolar, uma vez que o impacto da pandemia envolveu todos os trabalhadores do ambiente escolar e não somente os professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da COVID-19 alterou radicalmente os hábitos, as formas de trabalho e a interação entre as pessoas. As ações de distanciamento social, para preservação da vida, foram e ainda são necessárias até o presente momento. No ambiente escolar, essas mudanças se tor-

naram evidentes na medida em que as escolas foram fechadas e o ensino remoto, pelos meios digitais, foi implementado, ampliando as possibilidades de desenvolvimento dos conteúdos para os alunos, mas nem sempre atingindo a todos como deveria.

No contexto da pandemia, a prioridade de inclusão dos recursos digitais se aprofunda cada vez mais, gerando a necessidade de entender como esses artificios funcionam e como possibilitam condições para que a difusão de conhecimentos seja tão efetiva quando há o desenvolvimento dos conteúdos curriculares, de forma presencial.

Nesse cenário inédito, as desigualdades ficaram ainda mais ressaltadas na medida em que as ações do poder público foram pensadas de forma homogênea e generalizada para a população. Foi possível perceber que a pandemia da COVID-19 deixou, de forma mais clara ainda, as restrições e as defasagens relacionadas às tecnologias da informação e comunicação. A utilização desses recursos, visando à redução e ao controle da pandemia no país, deu-se de diversas e variadas formas e de atividades por meios não-presenciais, visando reduzir o contato entre os indivíduos.

Foi, e ainda é, desafiador para todos, pensar estratégias e formas de atingir os alunos e demais profissionais envolvidos, para abranger os conhecimentos a ser compartilhados e produzidos de forma eficaz. A dificuldade se estende, também, às ações voltadas para a inclusão escolar de crianças com deficiências, constituindo-se como um desafio para todos os envolvidos nessas ações.

As pessoas com deficiência, mais uma vez, vivenciaram o fenômeno da invisibilidade, sendo ignoradas as suas necessidades, em todos os âmbitos, inclusive nas propostas educacionais emanadas do poder público. Professores e comunidades escolares têm, então, por ações isoladas e de iniciativas individuais, se esforçado e buscado alternativas para garantir a aprendizagem dos alunos com deficiência.

Diante dessas dificuldades e mediante espaços de diálogo, de trocas e construção de conhecimento entre educadores, as angústias podem ser diminuídas e novas práticas construídas. No contexto atual, a formação continuada e permanente, como apoio ao professor, deve trabalhar as questões do cotidiano escolar, da prática pedagógica, compreendendo como a situação pandêmica interferiu na rotina docente, nos afazeres, aprendizagem e emoções, alterados nesse período de incertezas.

Os professores conseguem atingir, em grande parte, os alunos de uma forma completa: social, pessoal e emocional. Quanto mais os professores estiverem aptos para trabalhar com as necessidades dos seus alunos, melhores serão os resultados. Assim, faz-se necessário que docentes, profissionais da área da educação e famílias dos alunos estejam abertos e dispostos a detectar diferentes formas de ação que visem ao apoio e à cooperação. Buscar estratégias que favoreçam o processo de e aprendizagem e desenvolvimento dos alunos é imprescindível nesse momento de pandemia.

Portanto, a formação de professores é de extrema importância para o sucesso das tecnologias recentemente empregadas como instrumentos de apoio e auxílio para o ensino e uma

nova forma de pensar nas práticas pedagógicas. O preparo dos profissionais que trabalham na educação, em especial os professores, torna-se fundamental para que seja realizado um trabalho com qualidade, reflexão e ética, além de repensar seu papel dentro da escola como docente.

Sendo assim, a formação continuada e permanente deve trazer momentos de troca entre profissionais que atuam dentro de realidades e necessidades diferentes, bem como dificuldades para manejar o trabalho. As tecnologias devem ser utilizadas para favorecer o processo de ensino e aprendizagem e visualizadas como ferramentas necessárias e apropriadas de forma consciente, de modo a ampliar a qualidade do ensino e da educação.

Embora os prejuízos da pandemia de Covid-19 ainda não sejam mensuráveis, já é evidente o seu impacto para a geração de pessoas com deficiência em idade escolar. Assim, somam-se as exigências já conhecidas, relacionadas ao diagnóstico, as peculiaridades e as adaptações escolares e curriculares, a necessidade de auxiliar o professor no processo de entendimento, a acolhida e o acompanhamento, para dar prosseguimento ao ensino. Em outras palavras, as barreiras que os alunos com deficiência encontram para a aprendizagem se somaram às barreiras da pandemia. Por outro lado, as possibilidades de enfrentamento, no que tange à educação, de alternativas, ações e estratégias de ensino são muitas e devem priorizar a inclusão e a perspectiva de pluralidade.

REFERÊNCIAS

AFONSO, S. R. M.; FONSECA, K. A. Inclusão na exclusão: variáveis antes e depois de uma pandemia. In: CONCEIÇÃO, A. N. et al. (Org). **De repente, uma Pandemia**: discussão sobre os processos educacionais durante o período de distanciamento social. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. p. 162-176

ALTENFELDER, Anna Helena. Desafios e tendências em formação continuada. **Construção psicopedagógica** (online), São Paulo, v. 13, n. 10, p. 0- 0, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.br> . Acesso em: 30 abr. 2021.

ARANTES, J. T. **O agravamento dos transtornos mentais durante a pandemia**. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/o-agravamento-dos-transtornos-mentais-durante-a-pandemia/34505/> Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Estatuto da Pessoa com deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 24 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/2020**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/90771-covid-19>. Acesso em: 24 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 14.040, de 18 de agosto de 2020**. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Disponível em: www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.040-de-18-de-agosto-de-2020 Acesso em: 29 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. MEC. Disponível em: <https://www.mec.gov.br/>. Acesso em: 29 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº188, de 3 de fevereiro de 2020**. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus -Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>. Acesso em: 29 abr. 2021.

DIAS, A. A. SANTOS, S. I. Crianças com transtorno do espectro autista em tempos de pandemia: contextos de inclusão/exclusão na educação infantil zero-a-seis. **Zero-a-seis**, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 101-124, jan./jan., 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/79005> Acesso em: 24 maio 2021.

GATTI, B. A. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós pandemia. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 29-41, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 30 abr. 2021.

LANA, Raquel Martins et al. Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 29 abr.2021

MARCON, K. Inclusão e exclusão digital em contextos de pandemia: que educação estamos praticando e para quem? **Criar Educação**. Criciúma, v. 9, n. 2, 2020. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/6047> . Acesso em 24 maio 2021.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Folha informativa sobre Covid-19**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/br>. Acesso em: 28 abr. 2021.

PALLOF, R. M; PRATT, K. **O aluno virtual**: um guia para trabalhar com estudante online. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PEREIRA, A. J.; NARDUCHI, F.; MIRANDA, M. G. Biopolítica e educação: os impactos da pandemia de covid-19 nas escolas públicas. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 51, p. 219-236, jul./out. 2020. Disponível em: <https://sagaweb.unisuam.edu.br>. Acesso em: 29 abr. 2021.

PINTO, J.; VENTURIN, C.; COSTA, C. L. A formação continuada do professor em meio a pandemia do Covid-19. **Revista Administração Educacional**, Recife-PE, v. 11, n. 1 p. 05-19, jan-jun/2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ADED>. Acesso em: 20 maio 2021.

POLANCZYK, G. V. **O Custo da pandemia sobre a saúde mental de crianças e adolescentes**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=321462>. Acesso em: 29 out 2021.

REICHENBERGER, Veronika et al. O desafio da inclusão de pessoas com deficiência na estratégia de enfrentamento à pandemia de COVID-19 no Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 29, n. 5, p. 1-5, nov. 2020.

RODRIGUES, A. M.; ALBANI, S. T.; BAHDUR, H. D. A pandemia e a urgência de medidas para a inclusão digital. **LexCult**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 155-177, set./dez. 2020. Disponível em: <http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/article/view/479> . Acesso em: 24 maio 2021.

SANTOS, R.; LUCENA, S. Ambiências formativas espaçostempos de invenções e formação docente. **Educ. foco**, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 5-12, jan/abr. 2020.

SANTOS, E.; CARVALHO, F. S. P.; ROSSINI, T. Autoria em rede: uma prática pedagógica emergente. **Revista Diálogo Educacional**, v. 15, p. 515-536, 2015.

SILVA, K. W. da; BINS, K. L. G.; ROZEK, M. A educação especial e a covid-19: aprendizagens em tempos de isolamento social. **Educação**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 124 -136, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br> . Acesso em: 29 abr. 2021.

SOLDÃO.M. Uma reflexão sobre a formação continuada de professores da educação profissional na pandemia. In: CONCEIÇÃO, A. N. et al. (Org). **De repente, uma Pandemia**: discussão sobre os processos educacionais durante o período de distanciamento social. Porto Alegre: Ed. Fi, 2021. p. 134-147

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.